

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME FERNANDO FERRARI

**CONTRIBUIÇÃO DE UMA PÁGINA *WEB* PARA O PROFISSIONAL  
RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO**

CURITIBA

2017

GUILHERME FERNANDO FERRARI

**CONTRIBUIÇÃO DE UMA PÁGINA *WEB* PARA O PROFISSIONAL  
RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em 2016, no Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Mayla Cristina Costa

CURITIBA

2017

Agradeço a minha família, noiva e mestres  
pelo apoio e contribuição para realização  
desde trabalho.

“A persistência é o menor caminho do êxito”.  
(Charles Chaplin)

## RESUMO

A função de uma página *web* empresarial é de sintetizar os resultados financeiros de uma empresa, dentro de um exercício fiscal, de forma ética e precisa perante os termos estabelecidos pelo fisco. Por outro lado, o planejamento tributário abrange um conjunto de ações e medidas organizadas de tal forma que possibilitem reduzir os impostos dentro da elisão fiscal. O presente trabalho teve o objetivo de demonstrar a importância de uma ferramenta adequada para auxiliar profissionais da área tributária e empresas no planejamento tributário. Busca-se cada vez mais maneiras de simplificar os cálculos, sendo este o principal objetivo da página [www.funcaocontabil.net](http://www.funcaocontabil.net). Esta, dedica-se a ofertar informações aos usuários de maneira objetiva e apropriada para elaboração de planilhas de gestão, focadas no planejamento tributário. O estudo justifica-se por considerar que as informações do estudo realizado vão auxiliar na melhoria do *site* e consequentemente contribuir na gestão do empreendimento, gerando resultados positivos e maior controle. De modo geral, os resultados da pesquisa salientam a importância do planejamento tributário na percepção dos gestores das empresas da amostra, bem como demonstra a importância da utilização do planejamento tributário como suporte para o processo decisório e de gestão das empresas, especialmente como um instrumento de apoio na redução de ônus fiscais, na minimização dos custos tributários e, por consequência, a maximização dos lucros para a empresa.

Palavras-chave: Planejamento Tributário, Planilha Eletrônica, Tributos.

## **ABSTRACT**

The function of an enterprise web page is to synthesize the financial results of a company, within a fiscal year, in an ethical and accurate manner in accordance with the terms established by the tax authorities. On the other hand, tributary planning encompasses a set of actions and measures organized in order to enable to reduce taxes within the tax avoidance. This paper aims to demonstrate the importance of an appropriate tool to assist tax professionals and companies in tributary planning. The information from the study will help improve the site and consequently contribute to the management of the enterprise, generating positive results and greater control. More and more ways are being sought to simplify the calculations, being this the main objective of the page [www.funcaocontabil.net](http://www.funcaocontabil.net). It is dedicated to providing information to users in an objective and appropriate way for the elaboration of management worksheets, focused on tributary planning. In general, the research results highlight the importance of tax planning in the perception of the managers of the sample companies, as well as demonstrates the importance of the use of tax planning as a support for the decision-making process and the management of companies, especially as a tool for Support in reducing tax burdens, minimizing tax costs and, consequently, maximizing profits for the company.

**Keywords:** Tributary Planning, Worksheets, Taxes.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - Espécies de Tributos .....	17
QUADRO 2 - Competência Impositiva Segundo a Constituição .....	17
QUADRO 3 - Principais Contribuições Sociais.....	20
FIGURA 1 - Principais Papéis dos Sistemas de Informação .....	27
QUADRO 4 - Faixa Etária da Amostra .....	32
GRÁFICO 1 - Visualizações da Página Web.....	34
QUADRO 5 - Usuários por Unidades Federativas Brasileiras.....	35
GRÁFICO 2 - Ocupação do Respondente .....	35
QUADRO 6 - Importância do Planejamento Tributário.....	36
GRÁFICO 3 - Contribuição do Site para Estudo ou Trabalho .....	37
GRÁFICO 4 - Relação da Simulação Tributária por sua Importância .....	38
GRÁFICO 5 - Dificuldade de Navegação da Página Web.....	40
GRÁFICO 6 - Importância das Planilhas de Planejamento Tributário .....	42

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COFINS	- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBPT	- Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IE	- Imposto de exportação
II	- Imposto de Impostação
IOF	- Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
IPI	- Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	- Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
IR	- Imposto de Renda
ISS	- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	- Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
ITCMD	- Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos
ITR	- Imposto Territorial Rural
MEC	- Ministério da Educação
NF-e	- Nota Fiscal Eletrônica)
PIS	- Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público
RFB	- Receita Federal do Brasil
SPED	- Sistema. Público de Escrituração Digital
SEFTI	- Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação
SIG	- Sistemas De Informação Gerencial
SPT	- Sistemas De Processamento De Transação
TI	- Tecnologia da Informação
TCU	- Tribunal de Contas da União



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1.1	CONTEXTO E PROBLEMA .....	10
1.2	PROBLEMA.....	11
1.3	OBJETIVOS .....	11
1.3.1	Geral.....	11
1.3.2	Específicos .....	11
1.4	JUSTIFICATIVA.....	12
<b>2</b>	<b>REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA.....</b>	<b>14</b>
2.1	SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	14
2.1.1	Carga Tributária.....	15
2.1.2	Enquadramento Tributário .....	15
2.1.3	Tipos de Tributos .....	17
2.1.4	Fato Gerador .....	21
2.1.5	Base de Cálculo e Alíquota .....	22
2.2	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO .....	22
2.3	SISTEMA DE INFORMAÇÃO.....	24
2.3.1	Planilhas Eletrônicas .....	28
2.3.2	Sistemas de Informação e a Fiscalização .....	29
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
3.1	CLASSIFICAÇÃO METODOLÓGICA.....	31
3.2	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	32
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>33</b>
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA .....	33
4.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	34
4.2.1	Perfil dos Entrevistados .....	34
4.2.2	Avaliação da Importância do Planejamento Tributário.....	36
4.2.3	Identificação da Dificuldade de Navegação da Página Web .....	40
4.2.4	Análise da Importância das Planilhas Eletrônicas .....	42
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>44</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>46</b>
	<b>APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO ABERTO .....</b>	<b>49</b>

<b>ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO 2 - PÚBLICO ALVO POR ESTADO .....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXO 3 - PÁGINA INICIAL DO WEBSITE .....</b>	<b>52</b>
<b>ANEXO 4 - LAYOUT PARA DOWNLOAD .....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

A elevada carga tributária existente no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - IBPT, “passou em 2016 dos 37% do Produto Interno Bruto - PIB, tem feito com que os empreendedores, para manterem seus produtos rentáveis e atrativos, busquem cada vez mais reduzir o impacto dos tributos nas suas estruturas de custos”. Além da carga tributária, outro fator relevante nos negócios são as crises financeiras, portanto, fica evidente que medidas preventivas devem ser executadas para poder avaliar o grau de risco.

De fato, o país está passando por transformações nas estruturas governamentais, causadas principalmente por crises políticas. Este cenário de instabilidade acarreta uma estagnação do sistema tributário, portanto, constantemente as empresas necessitam de medidas de controle tributário e profissionais qualificados para diminuir os riscos de penalidades ou o pagamento indevido de impostos. Para isso, os encarregados pelas declarações de valores ao fisco devem se aperfeiçoar diariamente em busca de conhecimento, com uma integralização de informações em portais especializados na área contábil e também as compartilhando entre os profissionais da área, para que, assim, possa auxiliar os empresários na melhor escolha do regime tributário para a sua relativa empresa.

Esse maior compartilhamento de informações visa racionalizar e tornar a administração pública brasileira mais gerencialista e menos burocrática. Nesse sentido afirma-se que:

A integralização e o compartilhamento de informações têm o objetivo de racionalizar e modernizar a administração tributária brasileira, reduzindo custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições, além de fortalecer o controle e a fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias (OLIVEIRA, 2012, p.11).

Nesse contexto, as ferramentas da contabilidade se tornam, gradualmente, um importante auxílio no planejamento tributário. Num cenário de constantes mudanças nas áreas fiscais, mercados mais competitivos e elevadas cargas de impostos, este instrumento tributário tem a finalidade de preservar a solvência das empresas no âmbito comercial. Contudo, desde a abertura da empresa, temos que

fazer a escolha de um enquadramento tributário favorável para o empreendimento, permanecerá desde o início do ano fiscal e se estenderá por todo o período e sem possibilidade de alteração.

Para escolher a melhor forma de tributação observa-se que as empresas estão cada vez mais recorrendo aos portais especializados da área de contabilidade e direito tributário para realizarem um estudo através do planejamento, onde serão executados por meio de simulações haja a possibilidade de verificar-se qual regime se enquadrará mais adequadamente, de acordo com suas atividades e seu faturamento, buscando uma peça fundamental às empresas: a maximização dos lucros.

Dentro da realidade brasileira, observa-se que é muito relevante compreender de que maneira esse tipo de tecnologia e avanço na área de planejamento tributário pode advir por meio do uso da página web.

## 1.2 PROBLEMA

Qual a contribuição de uma página *web* para auxiliar o profissional responsável pela execução do planejamento tributário?

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Geral

Analisar a contribuição de uma página *web* para o profissional responsável pela execução do planejamento tributário.

### 1.3.2 Específicos

- a) Identificar as funções dos sistemas de informação;
- b) Selecionar o perfil do público-alvo da página *web* sobre tributos;
- c) Identificar a dificuldade dos usuários do *site* de planejamento tributário;
- d) Analisar a importância das planilhas de planejamento tributário para os profissionais a área.

## 1.4 JUSTIFICATIVA

A internet está presente no cotidiano da população, segundo os dados da última avaliação do IBGE referentes a 2014 mostram que 36,8 milhões de casas estavam conectadas, o que representa 54,9% do total. Em 2013, esse índice era de 48%. O IBGE indicou ainda que a quantidade de internautas chegou a 54,4% das pessoas com mais de 10 anos em 2014, são 95,4 milhões de brasileiros com acesso à internet.

As páginas *web* estão acompanhadas por interfaces mais amigáveis e interativas, “a rede *web* tirou a internet do meio técnico científico para torná-la útil também às pessoas comuns, às empresas, aos governos e organizações com as mais variadas finalidades, impactando rapidamente a economia mundial” (BERNARDES, 2001). Não se pode ignorar a evidente ascensão da internet que vem representando uma poderosa ferramenta para promover a postura da organização perante o mercado, estabelecer um canal de comunicação eficiente e um ambiente propício para a satisfação do cliente.

Por outro lado, é possível verificar que o que é crescente e promissor por meio do aumento dos acessos na internet, vem apresentando realidade preocupante ou o oposto no setor fiscal, que vem, no decorrer dos anos, vivenciando várias oscilações nas empresas, desde os aumentos elevados dos tributos ao surgimento das grandes crises econômicas e políticas no Brasil. E desta área ramifica-se a gestão tributária.

Caracteriza que a gestão tributária deve ser executada de forma independente da contabilidade. Entretanto, em determinadas empresas, principalmente nas de pequeno e médio porte, as funções das gestões tributárias são executadas pelo próprio contador, representando uma ameaça ao controle das operações e da adequada segregação de funções. (OLIVEIRA 2012, p.18).

Considera-se nesse trabalho que ao ser utilizada de forma correta pelos profissionais, as ferramentas *web* aliadas com o planejamento fiscal tornam-se um facilitador no dia-a-dia das empresas, frente ao surgimento de impostos, taxas, tributos, diante de um mercado cada vez mais competitivo. Com isso, aplicado a uma estrutura armazenada com dados fielmente corretos e transcritos para planilhas financeiras, especificamente de planejamento tributário, o site mostra de forma simplista o comparativo entre impostos vigentes no Brasil.

Assim, o trabalho justifica-se de maneira teórica e prática pelo crescente uso dessas ferramentas e por considerar que por meio delas as empresas possam avaliar as informações e aplicar as alternativas tributárias e fixar-se dentro do mercado como uma empresa sólida e bem-sucedida. Isso mostra que este estudo do planejamento tributário é fundamental frente a alta carga tributária elevada do Brasil.

Além disso, o presente trabalho mostra-se muito relevante, pois busca analisar na visão do empresário sobre a importância do portal de planilhas eletrônicas baseada no planejamento tributário auxiliando o gestor na escolha do melhor regime fiscal através de métodos coerentes de elisão fiscal. Por fim, ao que se refere ao aspecto teórico, considera-se importante analisar a relevância e utilidade para compreender o avanço teórico na área de planejamento tributário relacionado ao uso de tecnologias de informação.

## 2 REVISÃO TEÓRICO-EMPÍRICA

A revisão de literatura é uma pesquisa bibliográfica dos fundamentos teóricos para o entendimento do tema a que se refere a pesquisa. A sua função é dar suporte com informações teóricas e técnicas para a realização da parte prática deste estudo.

### 2.1 SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

O Sistema Tributário Nacional está estruturado de forma a permitir ao Estado a cobrança de impostos, taxas e contribuição de melhoria e contribuições sociais. Segundo a lei federal nº 5172, em seu art. 2º, “o Sistema Tributário Nacional é regido pelo disposto na Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965, em leis complementares, em resoluções do Senado Federal e, nos limites das respectivas competências, em leis federais, nas Constituições e em leis estaduais, e em leis municipais” (BRASIL, 2017).

Um sistema é todo conjunto de elementos organizados de modo harmônico. Desta forma, pode-se definir sobre o tema em questão da seguinte forma:

É o conjunto de normas constitucionais de natureza tributária, inserido no sistema jurídico global, formado por um conjunto unitário e ordenado de normas subordinadas aos princípios fundamentais, reciprocamente harmônicos, que organiza os elementos constitutivos do Estado, que outra coisa não é senão a própria Constituição. (HARADA, 2010, p. 303).

No Brasil, as principais diretrizes tributárias são estabelecidas pela Constituição Federal, “que dispõe sobre os princípios gerais, as limitações do poder de tributar, as competências e também sobre a repartição das receitas tributárias” (Maciel, Verdi, Rodrigues, Wasilewski, 2002, p. 3).

As regras tributárias são divididas por três esferas, além do Distrito Federal: União, os Estados e os Municípios, que poderão instituir impostos:

A autonomia político-administrativa, característica essencial do nosso sistema federativo, concede a cada esfera de governo a possibilidade de instituir impostos, taxas (em razão do poder de polícia ou pela utilização de serviços públicos) e contribuições de melhoria (decorrentes de obras públicas). No que tange às contribuições sociais, em sua maioria somente podem ser instituídas pelo Governo Federal (MACIEL, et al. 2002).

### 2.1.1 Carga Tributária

A carga tributária de determinado país pode ser considerada patamar de impostos pagos em relação à riqueza. “No Brasil, ela somou 32,66% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015”, segundo dados da Secretaria da Receita Federal. Em 2014, esse patamar havia ficado em 32,42% do PIB.

Para melhor compreensão de sua importância, é bom ressaltar que a carga tributária de um país pode ser o fator determinante para se abrir um negócio, manter os já existentes, de tal sorte que o desenvolvimento de uma economia ocorre quando os custos de ordem geral, entre eles os tributos, são compatíveis com as necessidades do mercado, dos consumidores de bens e serviços.

A base desta cobrança se dá pelo tributo, que por definição, segundo lei federal nº 5172, em seu art. 3º, “é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (BRASIL, 2016).

Estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revela que brasileiros pagam o equivalente a 33,4% do tamanho da economia em taxas e impostos. Para melhor fator de comparação, a pesquisa revela que o montante é mais de 50% superior à média da América Latina e Caribe, apesar de liderar a incidência de impostos, a cobrança é desigual. Enquanto o Brasil está no grupo dos que têm menos impostos sobre a renda e lucro, é um dos que mais cobram sobre a seguridade social (ESTADÃO, 2016).

### 2.1.2 Enquadramento Tributário

É imprescindível analisar o ramo de atuação da empresa, o perfil dos clientes, orçamento e acompanhamento da legislação para escolha do melhor enquadramento tributário para a empresa e atentar para o possível aproveitamento de créditos tributários.



- Simples Nacional

O Simples Nacional foi instituído através da Lei Complementar 123/2006 tratando-se de um regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidas pelas micro e pequenas empresas.

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal.

- Lucro Presumido

A Receita Federal do Brasil, conforme o Manual do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica, “o lucro presumido é uma forma de tributação simplificada para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas que não estiverem obrigadas, no ano-calendário, à apuração do lucro real. O imposto de renda é devido trimestralmente” (BRASIL, 20117).

- Lucro Real

Para fins da legislação do imposto de renda, a expressão “lucro real” significa o próprio lucro tributável, e distingue-se do lucro líquido apurado contabilmente. De acordo com o art. 247 do RIR/1999:

Lucro Real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das leis comerciais.

- Lucro Arbitrado

A definição do Manual do Imposto de Renda – Pessoa Jurídica é:

O lucro arbitrado não deve ser encarado como modalidade optativa ou favorecida de tributação, pois representa coercitivamente a determinação do

lucro e do imposto, para contribuintes que descumprirem as disposições legais relativas ao lucro real e ao lucro presumido.

Os percentuais arbitrados são entendidos como “margem de lucro” que a pessoa jurídica obteria naquela atividade, adotando-se os mesmos critérios definidos para o lucro presumido, porém acrescidos de 20%.

### 2.1.3 Tipos de Tributos

No Brasil, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seus artigos 145, 148 e 149, os tributos são classificados nas seguintes espécies:

QUADRO 1 - Espécies de Tributos

Impostos	pagamento efetuado pelo cidadão para manter o funcionamento e prestação de serviços do Estado, mas que independe de qualquer atividade estatal específica em relação ao cidadão contribuinte
Taxas	relacionada diretamente a um serviço prestado ou posto à disposição do contribuinte, ou mesmo ao exercício do poder de polícia
Contribuição De Melhoria	pode vir a ser cobrada para fazer face ao custo de obras públicas, como a construção de uma praça próxima à residência do contribuinte
Empréstimo Compulsório	poderão ser criados para atender despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência
Contribuições Denominadas De "Especiais"	incluem as contribuições sociais, as contribuições previdenciárias, as contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE) e as contribuições de interesse das categorias profissionais.

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil

De acordo com a Constituição brasileira, a competência tributária quanto aos impostos conforme QUADRO 2.

QUADRO 2 - Competência Impositiva Segundo a Constituição

<b>Competência</b>	<b>Impostos</b>
<i>União</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>sobre operações do comércio exterior – sobre importações (II) e exportações (IE) de produtos e serviços</li> <li>sobre a renda e proventos de qualquer natureza (IR)</li> <li>sobre produtos industrializados (IPI): imposto sobre valor agregado incidente sobre produtos manufaturados</li> <li>sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF)</li> <li>sobre a propriedade territorial rural (ITR)</li> </ul>
<i>Estados, Distrito Federal</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>de transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD)</li> <li>sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS): imposto sobre valor agregado incidente sobre bens em geral e alguns serviços</li> <li>sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA)</li> </ul>

<i>Municípios e Distrito Federal</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• de propriedade predial e territorial urbana (IPTU)</li> <li>• sobre a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI)</li> <li>• sobre serviços de qualquer natureza (ISS): excluídos aqueles tributados pelo ICMS</li> </ul>
--------------------------------------	--

Fonte: Receita Federal

Por definição segundo a Receita Federal do Brasil, o imposto sobre importação, está descrito da seguinte forma:

O imposto sobre a importação de produtos estrangeiros (II) incide sobre a importação de mercadorias estrangeiras e sobre a bagagem de viajante procedente do exterior. No caso de mercadorias estrangeiras, a base de cálculo é o valor aduaneiro e a alíquota está indicada na Tarifa Externa Comum (TEC). No caso da bagagem, a base de cálculo é o valor dos bens que ultrapassem a cota de isenção e a alíquota é de cinquenta por cento (BRASIL, 2017).

De acordo com a RFB, a definição de imposto sobre exportações:

O imposto sobre a exportação tem como fato gerador a saída da mercadoria do território aduaneiro. É calculado utilizando-se como base o preço normal que a mercadoria alcançaria em uma venda em condições de livre concorrência no mercado internacional. A alíquota do IE atualmente encontra-se em 30%, podendo ser reduzida ou aumentada pela Câmara de Comércio Exterior, não podendo ser superior a 150%. (BRASIL, 2017).

O conceito de imposto de renda para a Receita Federal do Brasil:

São contribuintes e, portanto, estão sujeitos ao pagamento do IRPJ, as pessoas jurídicas e as pessoas físicas a elas equiparadas, domiciliadas no País. Elas devem apurar o IRPJ com base no lucro, que pode ser real, presumido ou arbitrado. A alíquota do IRPJ é de 15% (quinze por cento) sobre o lucro apurado, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 20.000,00 / mês. (BRASIL, 2017).

Os três últimos impostos são muito bem esclarecidos pelo próprio nome, pois bem, para iniciar pelo decreto 7212/10 regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI. Que por definição do imposto federal: Produto industrializado “é o resultante de qualquer operação definida neste regulamento como industrialização, mesmo incompleta, parcial ou intermediária” (BRASIL, 2017).

Já o IOF, imposto sobre operações financeiras, está definido da seguinte forma:

São contribuintes do IOF as pessoas físicas e as pessoas jurídicas que efetuarem operações de crédito, câmbio e seguro ou relativas a títulos ou valores mobiliários. A cobrança e o recolhimento do imposto são efetuados pelo responsável tributário: a pessoa jurídica que conceder o crédito; as instituições autorizadas a operar em câmbio; as seguradoras ou as instituições financeiras a quem estas encarregarem da cobrança do prêmio de seguro; as instituições autorizadas a operar na compra e venda de títulos ou valores mobiliários. (BRASIL, 2017).

O imposto sobre propriedade territorial rural incide sobre os imóveis localizados foras das áreas urbanas dos municípios. A alíquota é maior para propriedades de maior área e baixo grau de utilização, de modo a desestimular os grandes latifúndios improdutivos (BRASIL, 2017).

Finalizado os impostos de responsabilidade da União, passa para a responsabilidade no âmbito estadual, que são três impostos e para definição inicia-se pelo ITCMD, conforme a Receita Estadual do Paraná “é um Imposto Estadual devido por toda pessoa física ou jurídica que receber bens ou direitos como herança (em virtude da morte do antigo proprietário) ou como doação” (FAZENDA.PR, 2017).

Também implica o ICMS imposto sobre valor agregado incidente sobre bens em geral e alguns serviços, este, segundo Receita Estadual Paraná, o imposto que incide:

sobre operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive sobre o fornecimento de alimentação e bebidas em bares e restaurantes; sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e sobre prestações onerosas de serviços de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; sobre fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios; sobre fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual. O contribuinte desse imposto pode ser qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume, qualquer atividade descrita acima (FAZENDA.PR, 2017).

Ainda na alçada do ICMS, está a Substituição Tributária que está assim definida:

Ao estabelecimento industrial, importador, distribuidor, depósito ou atacadista, localizado em outra Unidade da Federação, que promover saída de mercadorias arroladas em Convênios ou Protocolos (vide relação abaixo) com destino a revendedores situados no território paranaense, é atribuída a condição de sujeito passivo por substituição, para efeito de retenção e recolhimento do ICMS relativo às operações subsequentes (FAZENDA.PR, 2017).

O último imposto de responsabilidade do estado é o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores) “é um tributo de competência estadual, por força do art. 155, inciso III, da Constituição Federal, cujo fato gerador é a propriedade de veículos automotores, sendo devido ao Estado onde o proprietário desse bem reside” (BRASIL, 2017).

Adentro esfera municipal, também com responsabilidade de três impostos, o primeiro com previsão na Constituição Federal, de competência municipal e do Distrito Federal, “cujos contribuintes são as pessoas físicas ou jurídicas que mantêm propriedade, o domínio útil ou a posse de propriedade imóvel localizada em zona ou extensão urbana. É um tributo municipal, regulado por lei ordinária específica de cada Município e por lei do Distrito Federal” (BRASIL, 2017).

Por sua vez, o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos - ITBI, é previsto na Constituição Federal/1988, no artigo 156, inciso II e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, “de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar 116/2003, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador” (BRASIL, 2017).

Dentre as contribuições sociais vigentes, todas de competência da União, as principais são apresentadas no QUADRO 3.

QUADRO 3 - Principais Contribuições Sociais	
<b>Competência</b>	<b>Impostos</b>
<i>União</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS</li> <li>• Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP</li> <li>• Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas – CSLL</li> <li>• Contribuição para o Seguro Social</li> </ul>

Fonte: Receita Federal

O conceito das contribuições Pis e Cofins são similares, a diferença está no destino da verba para a administração pública, por definição segundo a RFB “as contribuições para Pis/Pasep e Cofins possuem regras bastante similares, variando conforme seus contribuintes - se pessoas jurídicas de direito privado, pessoas jurídicas de direito público ou contribuintes especiais” (BRASIL, 2017).

Ainda para a Receita Federal do Brasil ambos os tributos apresentam três hipóteses de incidência distintas: “o faturamento ou o auferimento de receitas, para pessoas jurídicas de direito privado; o pagamento da folha de salários, para

entidades de relevância social determinadas em lei; a arrecadação mensal de receitas correntes e o recebimento mensal de recursos, para entidades de direito público” (BRASIL, 2017).

Outra contribuição a se destacar é CSLL, conforme a RFB:

Estão sujeitas ao pagamento da CSLL as pessoas jurídicas e as pessoas físicas a elas equiparadas, domiciliadas no País. A alíquota da CSLL é de 9% (nove por cento) para as pessoas jurídicas em geral, e de 15% (quinze por cento), no caso das pessoas jurídicas consideradas instituições financeiras, de seguros privados e de capitalização. A apuração da CSLL deve acompanhar a forma de tributação do lucro adotada para o IRPJ (BRASIL, 2017).

A Contribuição para o Seguro Social, tem como conceito:

Abrangem diversas contribuições cobradas de empresas ou entidades equiparadas à empresa pela legislação. Em regra, a contribuição incide sobre a folha de pagamento, porém, alguns contribuintes estão sujeitos à incidência da contribuição previdenciária sobre a receita, como é o caso do produtor rural pessoa jurídica, da agroindústria, da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, além das empresas abrangidas pela Lei nº 12.546, de 2011 (BRASIL, 2017).

A importância relativa de cada um dos tributos componentes do sistema tributário brasileiro pode ser mais bem visualizada pela representatividade econômica destes na carga tributária. “Não obstante a maioria dos tributos tenha finalidade precípua de arrecadar fundos para o financiamento das ações estatais - tributos arrecadatórios, alguns deles têm características que os colocam na condição de instrumentos de política econômica ou social - tributos regulatórios” (MACIEL, et al. 2002).

#### 2.1.4 Fato Gerador

Eis o disposto no Código Tributário Nacional sobre o fato gerador da obrigação tributária: Art. 114. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência. Art. 115:

Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal. Tributos podem incidir sobre renda ou patrimônio. Renda diz respeito ao valor criado por meio do trabalho de indivíduos ou de organizações. Patrimônio são os bens de posse que tem valor como casas e carros.

### 2.1.5 Base de Cálculo e Alíquota

É o valor sobre o qual incide a tributação. É a base numérica que propicia o cálculo do tributo devido. Em Direito Tributário, “base de cálculo e a grandeza econômica sobre a qual se aplica a alíquota para calcular a quantia a pagar” (SOUZA, 2016 p. 16).

É a grandeza numérica, trazida pela lei, que serve para dimensionar o respectivo fato gerador (hipótese tributária), possibilitando a quantificação do dever tributário e a definição da espécie tributária. A BC é um estado ou modo de ser próprio da hipótese ou um atributo seu. Portanto, é ela que dá a exata dimensão da hipótese tributária, estabelecendo a correlação necessária entre o fato descrito na norma como pressuposto e a prestação tributária. Assim, a base de cálculo, juntamente com o fato gerador, são os elementos identificadores das espécies tributárias. Tanto assim é que, nos impostos, “as bases de cálculos são grandezas que medem riquezas, ao passo que nas taxas, servem para medir o grau de atividade estatal que está sendo absorvido pelo sujeito passivo” (ALVES, 2016).

No que se refere à alíquota, a Receita Federal do Brasil conceitua que “é o percentual ou valor fixo que será aplicado sobre a base de cálculo para o cálculo do valor de um tributo”. Nesse sentido, considera-se que a alíquota será um percentual quando a base de cálculo for um valor econômico, e será um valor quando a base de cálculo for uma unidade não monetária. Para complementar, considera-se que as alíquotas em percentual são mais comuns em impostos e as alíquotas em valor ocorrem mais em tributos como empréstimo compulsório, taxas e contribuição de melhoria. Nesse sentido, “a Alíquota é um dos elementos da matriz tributária de um tributo. Assim, há a exigência de que, seu valor ou percentual seja estabelecido em lei” (BRASIL, 2017).

## 2.2 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O planejamento tributário é relevante para a tomada de decisão na empresa. Este tem como foco a economia de tributos e assim tenta buscar alternativas para reduzir, eliminar e até retardar legalmente o pagamento de tributos. Também, é uma das funções da contabilidade tributária.



A contabilidade tributária é ferramenta necessária para todos os profissionais ligados à gestão empresarial, sejam contadores, economistas, administradores de empresas, advogados e outros. Também sendo muito importante para identificar quais os fatos administrativos que são fatos geradores de tributos. Por se tratar de tema por demais importante, ressalta-se que este trabalho não tem a pretensão de ser aplicado de forma isolada, porquanto se trata de estudos introdutórios à contabilidade tributária. CHAVES (2015, p.1).

Já o planejamento tributário segundo FABRETTI (2015, p.8) “é o estudo feito preventivamente, ou seja, antes da realização do fato administrativo, pesquisando-se seus efeitos jurídicos e econômicos e as alternativas legais menos onerosas, denomina-se Planejamento Tributário”. O planejamento tributário exige, antes de tudo, bom senso do planejador. Este método conhecido como elisão fiscal, é realizado para tentar obter-se o menor ônus fiscal, ou seja, buscar de formas lícitas meios para que as empresas possam pagar menos impostos.

Segundo FABRETTI (2015, p.8) “o planejamento tributário preventivo (antes da ocorrência do fato gerador do tributo) produz a elisão fiscal, ou seja, a redução da carga tributária dentro da legalidade”. O perigo do mau planejamento é redundar em evasão fiscal, que é a redução da carga tributária descumprindo determinações legais, classificadas como crime da sonegação fiscal.

É o proceder legalmente autorizado. “Pressupõe a licitude do comportamento do contribuinte. É uma forma honesta de evitar a submissão a uma hipótese tributária desfavorável” (CREPALDI, 2012, p. 95). Sendo assim, quando planejada e observada as leis que abrigam a cobrança do tributo, ou seja, impedir a ocorrência do fato gerador.

Para os responsáveis pelo planejamento tributário restam buscar alternativas legais e válidas, mas que sejam inviáveis, dado o custo que as operações necessárias para execução desse planejamento podem exigir. Para FABRETTI (2015, P.9) “a relação de custo-benefício deve ser muito bem avaliada. Portanto não há mágica em planejamento tributário, apenas alternativas, cujas relações custo-benefício variam muito em função dos valores envolvidos, da época, do local etc”.

Pode-se dizer que há planejamento quando o contribuinte organiza suas atividades de forma a não praticar a hipótese de incidência da norma tributária, ou a praticá-la de modo que a norma incidente seja aquela que impõe a menor tributação possível. O contribuinte trabalha com a ocorrência dos fatos que ensejam a incidência da norma, evitando que esta aconteça. Diferente de quando os fatos tributáveis acontecem e o contribuinte apenas procura esconde-los, tentando fazer com que a norma, que já incidiu, não seja aplicada (PEIXOTO & ANDRADE 2012, p.360).



Considerando que a Gestão Tributária tem que atender os interesses da empresa (cliente, dono, proprietário, acionista controlador, presidente, conselheiros, diretor executivo, etc.), que necessariamente não precisam entender do assunto, os relatórios devem ser sucintos, práticos e limpos. Essas práticas irão demonstrando principalmente:

A economia tributária obtida pelas escolhas de modalidade tributária, contabilização de fatos contábeis que interfiram na tributação; validação de procedimentos que tenham impacto fiscal nas principais áreas de responsabilidade, promovendo o intercâmbio de ideias, informações e experiências voltadas a satisfação das necessidades departamentais e por consequência, a obtenção de elevado índice de produtividade, visando a plena realização do objeto social da empresa. (SOUZA, 2016, p. 42)

Todos os setores devem estar em absoluta harmonia, para que, sejam um importante apoio para o setor específico, no caso, setor de contabilidade:

- Gerência de Produção: checar processos de crédito dos tributos indiretos (IPI, ICMS, PIS e COFINS).
- Gerência de Compra/Vendas: checar períodos ideais de compras e vendas, diferenças de alíquotas, tipos de materiais.
- Gerência Jurídica: devera existir perfeita integração.
- Gerência Financeira: prazos/formas de pagamentos dos tributos

## 2.3 SISTEMA DE INFORMAÇÃO

É impossível pensar em um sistema de informação sem relacioná-lo com a criação e expansão do uso da internet. Desse modo, é importante delimitar sistema de informação a um conjunto de elementos inter-relacionados que se, cada qual desempenhando uma função, de forma integrada e coordenada, contribui e garante que o objetivo do sistema seja atingido.

Historicamente, “o surgimento do sistema está relacionado com a própria história da internet, embora ela tenha sido criada como uma tecnologia militar para possibilitar a comunicação no caso de uma guerra nuclear durante o período de guerra fria” (RUTHFIELD, 2001. apud ZANETI JÚNIOR, 2003), hoje, traz diversas possibilidades de pesquisa para inúmeras áreas. A facilidade de, digitando duas ou três palavras nos serviços de busca, encontrar múltiplas respostas para qualquer tema é uma facilidade deslumbrante, impossível de ser imaginada há bem pouco tempo. Como respostas de qualquer pesquisa estão as páginas *web*, a imensa totalidade de

páginas que formam os sítios web dão lugar àquilo que se conhece como “*World Wide Web*”.

Nesse sentido, a tecnologia *web* foi criada como forma de “possibilitar a difusão do conhecimento científico, mas tem sido utilizada também como mecanismo de acesso a vários tipos de sistemas de informação empresariais assim como de comunicação entre eles, gerando diversas oportunidades de negócios para as organizações” (ZANETTI JÚNIOR, 2003). Os sistemas de informação baseados na tecnologia *Web* (SIW) possuem características que permitem supor que seu desenvolvimento apresenta diferenças com relação ao de sistemas não *web*.

Isto posto, conforme o “*web site*” conceito.de, explana o conceito de página *web* da seguinte forma:

São desenvolvidas com linguagens de marcação como o HTML, as quais podem ser interpretadas pelos navegadores. Desta forma, as páginas podem apresentar informação em diferentes formatos (texto, imagens, sons, vídeos, animações), estar associadas a dados de estilo ou conter aplicações interativas. (CONCEITO.DE, 2016)

Em um mundo globalizado, ter um site na internet não é mais um luxo para poucos, e sim uma regra geral para empresas que querem sobreviver em um mercado cada vez mais agressivo. Ter uma página na internet se tornou indispensável para empresas de todos os tamanhos: grande, médio ou pequeno porte. Esta ferramenta possibilita comunicação junto ao seu cliente sobre os seus produtos e serviços, apresentando seus diferenciais.

A forma tradicional de acesso à *web* pode ser assim descrita como:

Um computador, com algum sistema operacional, com uma interface gráfica, um *browser* instalado, uma interface de rede ou modem conectados a uma rede que acesse a *Internet*, pode acessar páginas eletrônicas localizadas em qualquer outro computador, também em rede, que tenha um programa servidor de páginas baseado no protocolo *HTTP*. As páginas são transmitidas pelo servidor em forma de comandos (*tags*) em *HTML* e, à medida que chegam ao computador requisitante, vão sendo remontadas pelo *browser* que, para isto, obedece às formas descritas pelos *tags* enviados pelo servidor (BERNARDES, 2001).

De uma forma simples e direta, sistema de informação é então definido como um sistema cuja finalidade é prover informação a alguém na medida certa. “É um conjunto de partes coordenadas que buscam prover a empresa com informações cujo objetivo é melhorar a tomada de decisões. Ou seja, é composto por um conjunto organizado de pessoas, hardware, software, redes de comunicação e recursos de

dados que coletam, transformam e disseminam informações em uma organização” (O’ Brien, 2009).

Num primeiro momento, os sistemas automatizaram os processos rotineiros, os chamados sistemas de processamento de transação (SPT), úteis não só na redução de custos mas também em um melhor controle e eficiência das operações de rotina. Os Sistemas de Processamento são considerados provedores de informações de cunho operacional, ajudando no melhor controle das operações.

A partir do momento que a operação funcionava de forma automatizada, os gestores perceberam que podiam expandir os sistemas para gerar informação mais complexa que pudesse apoiá-los nas decisões do dia a dia. Surgiam os sistemas de informação gerencial (SIG) para a gestão das atividades a que se destinavam. Os SIGs provêm informações gerenciais aos supervisores, gerentes e cargos correlatos, apoiando as decisões que se fazem necessárias no dia a dia.

Assim, sistemas de informação devem ser considerados em um sentido muito mais amplo do que apenas programas de computador e hardware, pois abrangem tecnologia, processos organizacionais, práticas, transações e políticas geradoras de dados, bem como as pessoas envolvidas nessa geração de dados e no uso das informações.

Assim, “não basta para uma organização ter profissionais extremamente competentes no que diz respeito ao conhecimento em informática e não ter pessoal capaz de integrar este conhecimento com as técnicas administrativas e os processos de tomada de decisões para colocar a organização em uma posição de destaque no mercado” (BATISTA, 2004).

O aprendizado em sistemas de informação é o conhecimento de como usar o hardware e o software para gastar com mais eficiência, cortar os custos, melhorar a produtividade e aumentar a satisfação do público alvo. Com essa concepção, para este trabalho, considera-se que o mais importante, é que engloba o como e o por que essa tecnologia é aplicada em organizações.

Considera-se assim que um administrador deve saber como identificar problemas e oportunidades e como usar os sistemas de informação para aumentar a capacidade de reação da organização. Nesse sentido, “desenvolver conhecimentos de SI, é necessário mais do que conhecimento em computadores, mas o entendimento da natureza dos problemas enfrentados pelas organizações” (LAUDON; LAUDON, 1999).

De acordo com O'Brian (2001, p. 9), os sistemas de informação desempenham três papéis vitais em qualquer tipo de organização, conforme a Figura 01:

- (a) Suporte de seus processos e operações.
- (b) Suporte na tomada de decisões de seus funcionários e gerentes.
- (c) Suporte em suas estratégias em busca de vantagem competitiva.

FIGURA 1 - Principais Papéis dos Sistemas de Informação



Fonte: O'BRIAN. James. **Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na Era da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2001.

No que se refere ao processo de tomada de decisão é importante verificar que é essencial na tomada de decisão manter a precisão e segurança, portanto, “os sistemas de informação deixam de ser apenas um instrumento de redistribuição dos dados para atuarem também como um instrumento de apoio gerencial” (BONATTO, 2008).

O autor considera ainda que:

Pode-se dizer ainda que os sistemas de informação devem dar qualidade às informações organizacionais, bem como filtrá-las por níveis de decisão e, ainda fazer com que dos níveis menores, as informações se condensem em outras informações para os níveis acima, e assim, progressivamente até o maior escalão de decisão, que receberá as informações para decisões estratégicas resumidamente, podendo atuar da melhor maneira possível (BONATTO, 2008, p.11)

Observa-se que há consenso entre os pesquisadores há mais de duas décadas que os sistemas de informação podem afetar das mais variadas formas o desempenho das modernas organizações, abrindo-lhes inclusive, novos espaços e oportunidades de atuação competitiva, motivo pelo qual, gerentes e administradores não podem deixar de compreender sua natureza e a utilizar seus recursos com eficácia (Campos 1994).

### 2.3.1 Planilhas Eletrônicas

Consideremos como planilha eletrônica “uma folha organizada em linhas e colunas, em cujas interseções se lançam as informações” (GUIMARÃES et al, 1999, p. 24). São comuns nas empresas as planilhas eletrônicas como um dos importantes artifícios para o controle de dados, cálculos e elaboração de relatórios. Segundo o portal Linux por definição “as planilhas eletrônicas são tabelas usadas para comunicar informações de forma clara, precisa e sucinta. Além de permitirem a comunicação de informações, elas também permitem a manipulação automática dessas informações através de fórmulas” (SILVA, 2000).

São considerados sinônimos os conceitos: planilha eletrônica, folha de cálculo, ou ainda planilha de cálculo. Pode ser considerada um tipo de programa de computador que utiliza tabelas para realização de cálculos ou apresentação de dados, segundo o ministério da educação MEC conceitua da seguinte forma:

É basicamente uma tabela de informações, exatamente como uma planilha de papel. Numa planilha eletrônica, porém, há uma série de recursos adicionais. Dentre eles, podemos citar o fato de você poder alterar qualquer informação a qualquer momento sem ter que rabiscar a sua planilha toda, e das informações alteradas serem automaticamente recalculadas. As planilhas eletrônicas podem ser múltiplas, ou seja, estar agrupadas em várias páginas de informação, que ficam sobrepostas no mesmo documento e podem ser trabalhadas em conjunto (MEC, 2006).

Ainda para o Portal do MEC, para criar planilhas, você pode utilizar os programas instalados em seu computador, como o Calc (para Linux) e o Excel (da Microsoft), ou utilizar editores de planilhas on-line, como o Google Textos e Planilhas.

Uma fórmula define como deve ser calculado o valor de uma célula de uma planilha eletrônica. O conceito de fórmula, que é basicamente o conceito elementar de fórmula matemática, é que dá as planilhas eletrônicas seu principal motivo de existência. Desse modo, as fórmulas podem ser fórmulas aritméticas ou mais avançadas, usando funções internas da planilha.

O valor resultante de uma fórmula pode ser alterado quando outros valores da planilha forem alterados. Por exemplo, se temos uma fórmula para calcular a média anual de vendas, com base nas médias mensais de vendas, sempre que uma média mensal for alterada, a média anual será, automaticamente, recalculada (OLIVEIRA, 2001).

### 2.3.2 Sistemas de Informação e a Fiscalização

Foram muitos os motivos que, historicamente, levaram governantes brasileiros combater a sonegação fiscal através da evolução dos sistemas de informação. Primeiramente, segundo o artigo 1º da Lei Federal 4.729/65 constituem crimes de sonegação fiscal:

Declaração falsa ou omissão total ou parcial de informações com a intenção de não pagar tributos e taxas devidos por lei; Omitir ou lançar dados inexatos, em documentos ou livros exigidos pela legislação fiscal. Referentes a rendimentos ou operações de qualquer natureza com a finalidade de não pagar impostos devidos à Fazenda Pública; Adulterar faturas e outros documentos referentes a operações mercantis com a intenção de fraudar o Fisco; Emitir ou fornecer documentos ou alterar despesas, elevando os valores, para conseguir a dedução de tributos devidos à Fazenda Pública; Pagar, receber ou exigir para si ou ao contribuinte beneficiário percentagem sobre valor dedutível ou deduzido do imposto de renda a título de incentivo fiscal.

A implantação do Sped (Sistema Público de Escrituração Digital) e da NF-e (Nota Fiscal Eletrônica) visa à simplificação das obrigações acessórias e a economia com a guarda de documentos e papel, ao mesmo tempo que ajuda a combater evasão e a elisão fiscal. O Sped cria um ambiente que permite às secretarias da fazenda e à receita federal cruzar informações contábeis e fiscais, identificando fraudes e sonegação e cobrindo toda a cadeia produtiva. Ainda, “define novos processos de controle e gestão, confiabilidade da informação, sincronização de cadastros, consistência e integração entre os sistemas das empresas e do fisco” (DREHER, 2009).

Não é apenas as empresas que podem utilizar a tecnologia da informação (TI) para seu favorecimento, isso também acontece com os órgãos fiscalizadores. Até pouco tempo atrás, numa fiscalização a empresa tinha que apresentar todos os documentos em papéis. Atualmente, com a entrega das informações eletrônicas, o auditor fiscal tem condições de fazer uma análise prévia e quando chega ao estabelecimento empresarial, pede exatamente, o documento em que há indício de fraude, ou para constatar a veracidade da informação prestada (SERPRO, 2017).

Dada a importância estratégica da área de Tecnologia da Informação – TI, a expressiva materialidade tanto das aquisições relacionadas à tecnologia da informação quanto dos recursos geridos por meio de sistemas informatizados no governo federal, e o uso cada vez mais crescente da tecnologia da informação para

manipulação e armazenamento de dados da Administração Pública Federal, introduzindo novos riscos e aumentando a fragilidade de algumas atividades, o Tribunal de Contas da União conta com a Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação – Sefti, como unidade especializada na área (TCU, 2015).

Ainda para o TCU, essa secretaria especializada, criada em agosto de 2006 para fiscalizar a gestão e o uso de recursos da TI na Administração Pública Federal, conduz trabalhos específicos em fiscalização de tecnologia da informação e serve de suporte às demais secretarias do Tribunal, atuando em uma estrutura matricial de fiscalização. Além disso, elabora e dissemina metodologias, manuais e procedimentos para planejamento e execução de fiscalizações de tecnologia da informação, visando maior qualidade dos trabalhos de fiscalização nessa área.

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: pela forma de abordagem do problema, de acordo com seus objetivos e com base nos procedimentos técnicos utilizados.

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO METODOLÓGICA

Quanto à abordagem do problema proposto é classificada como quantitativa, dado que a pesquisa utiliza de dados estatísticos para a coleta e análise das informações, e desta forma identifica as características pretendidas através da amostra sobre a importância e influência do portal para os usuários. Segundo PEREIRA (2012, p.84), “o método quantitativo, conforme o próprio nome sugere, tem como principal característica a utilização da quantificação, seja nas modalidades de coleta de informações ou de tratamento das mesmas”.

Em relação aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois, segundo PEREIRA (2012, p.86), “a pesquisa descritiva busca, principalmente, descrever o perfil de uma determinada população, ou fenômeno, ou indicar uma relação entre variáveis e fatos”. Outras características da pesquisa descritiva, observáveis neste estudo, são as técnicas padronizadas para coleta de dados, os métodos estatísticos utilizados na análise dos dados, e o aproveitamento destes resultados para estabelecer relações existentes entre as variáveis da população.

No que se refere aos procedimentos técnicos utilizados, classifica-se esta pesquisa como de levantamento ou *survey*, onde não há manipulação em relação aos interesses da amostra estudada, apenas observação e análise destes interesses. De acordo com GIL (1999), “as pesquisas de levantamento se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Segundo o autor, basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados”.



### 3.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Segundo dados obtidos pela página web Função Contábil, que constam no ano de 2017 mais de sete mil acessos mensais, o universo da amostra via e-mail e mídia social correspondem aproximadamente por 350 usuários. No tocante a coleta de dados, o questionário foi aplicado de duas formas: por meio do envio eletrônico conforme a base de dados cadastrados que dispunha de endereços eletrônicos, questionário disponibilizado dentro do próprio sítio [www.funcaocontabil.net](http://www.funcaocontabil.net) e mídia social, no caso, *Facebook*. A partir do questionário obtido, conforme ANEXO 1, a apreciação dos dados será realizada por meio da tabulação quantitativa, visando permitir a análise descritiva e comparação dos resultados, no intuito de contribuir com as discussões relacionadas à problemática de pesquisa proposta e ao objetivo do estudo.

Considerando as formas de acessos aos respondentes, o período temporal da coleta de dados ocorreu entre os dias 05 a 25 de abril de 2017 com a pesquisa hospedada através da página web *Survey Monkey*. Obteve-se uma amostra final por acessibilidade, onde contemplou 63 responsáveis ou interessados pelo tema planejamento tributário, de sexo masculino foram 62,9%, feminino 35,5% e por fim 1,6% de outros gêneros. Ainda vale ressaltar que a amostra engloba a faixa etária conforme descrito no quadro abaixo:

QUADRO 4 - Faixa Etária da Amostra

Qual sua faixa etária?	Percentual	Numérico
até 20 anos	3,2%	2
21 a 30 anos	15,9%	10
31 a 40 anos	27,0%	17
41 a 50 anos	23,8%	15
51 a 60 anos	22,2%	14
mais de 61 anos	7,9%	5
<b>Total</b>	100,0%	<b>63</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor

## 4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, evidencia-se a aplicação prática deste estudo que consiste no contexto do tema, análise e apresentação dos resultados.

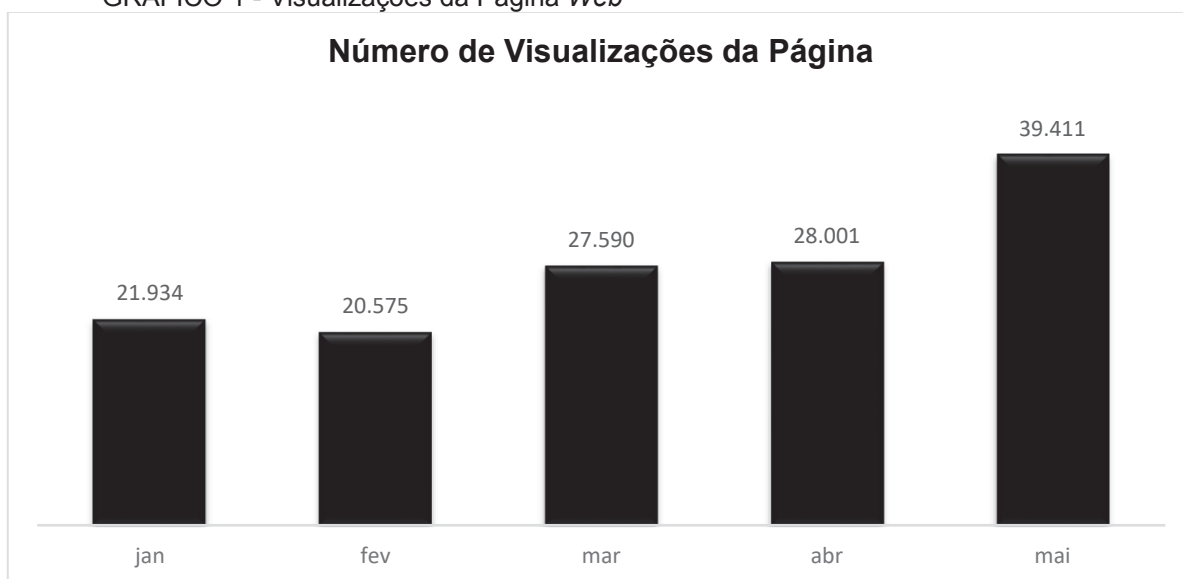
### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DA PESQUISA

No ano de 2014 iniciou o projeto Função Contábil, que foi destinado para demonstrar a importância de uma ferramenta adequada para auxiliar profissionais da área tributária e empresas no planejamento tributário, mas também discorre entre outros assuntos contábeis e financeiros. De modo prático, busca excelência nos controles e otimizações das rotinas de trabalho. Tem como premissa a elaboração de planilhas eletrônicas na área contábil, conforme legislação brasileira vigente.

É importante salientar que o sistema de registro, lançamento, escrituração, controle, etc, não será substituído, mas sim, otimizado. Por isso, o foco principal do site é a criação de ferramentas contábeis que possam alimentar e agregar informações relevantes ao sistema matriz. A função da página *web* empresarial é de sintetizar os resultados financeiros, dentro de um exercício fiscal, de forma ética e precisa perante os termos estabelecidos pelo fisco. Aliado ao planejamento tributário, que abrange um conjunto de ações e medidas organizadas de tal forma que possibilitem reduzir os impostos dentro da elisão fiscal.

Com base neste contexto, o *site* passou a atrair novos usuários e demonstra números de constante crescimento de acessos nos últimos meses. Para iniciar uma análise prévia dos resultados, verifica-se o GRÁFICO 1, com dados via *Google Analytics*, o número de visualizações no período de janeiro e maio de 2017:

GRÁFICO 1 - Visualizações da Página Web



Fonte: Google Analytics

Fica explícito que a página *web* vem atraindo adeptos, com visualizações globais de 137.511 acessos, isso retrata que gradativamente os usuários buscam maneiras que simplifiquem os cálculos, portanto, são atraídos por ferramentas que dedicam-se a informar aos usuários a maneira correta para a elaboração de planilhas eletrônicas de gestão.

## 4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para que o presente trabalho obtenha relevância e fundamento, foi-se necessária uma pesquisa acerca do relacionamento, a importância das planilhas eletrônicas da página web Função Contábil [www.funcaocontabil.net](http://www.funcaocontabil.net) sobre planejamento do tributário e seus usuários responsáveis pela tomada de decisão mais coerente sobre a escolha do melhor regime de tributos.

### 4.2.1 Perfil dos Entrevistados

Primeiramente, conforme já destacado no QUADRO 4, os usuários da página *web* que estão na segunda faixa etária da coleta de dados, que inicia aos 21 anos, com relação ao início na carreira profissional, estão muito equilibradas com as outras três faixas etárias seguintes, em média 22,2% da amostra, que finaliza nos 60 anos

de idade. O dado representa que, tanto os jovens quanto os mais experientes, estão incluindo a internet e planilhas eletrônicas como forma de pesquisa tributária.

Isto posto, evidencia-se as regiões brasileiras pesquisadas, tratando-se de internet é possível contemplar todas as unidades de federação, destacando o Sudeste, principalmente no estado de São Paulo, onde obteve-se 27% das respostas conforme detalhe demonstrado pelo ANEXO 2. As regiões estão distribuídas na amostra da pesquisa da seguinte forma:

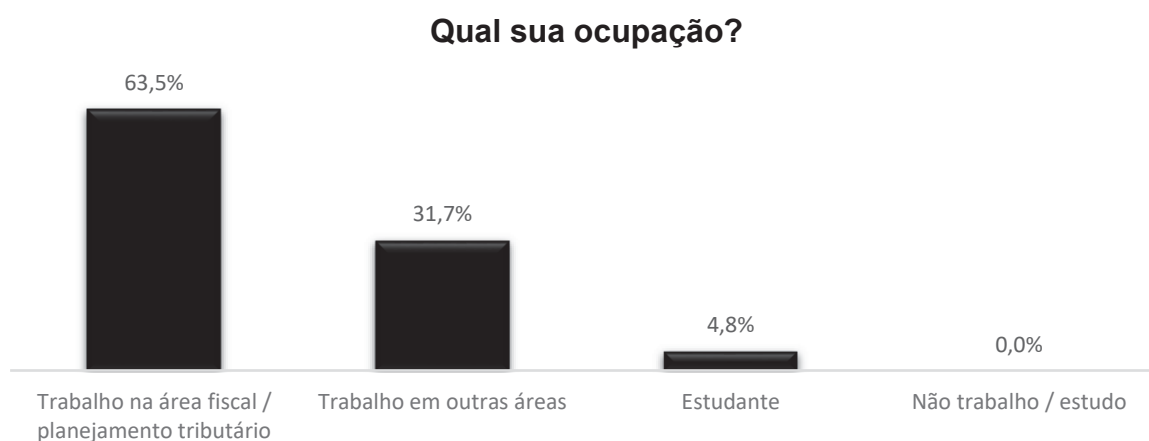
QUADRO 5 - Usuários por Unidades Federativas Brasileiras

Região	Percentual	Numérico
<b>Centro-Oeste</b>	13%	8
<b>Nordeste</b>	19%	12
<b>Norte</b>	8%	5
<b>Sudeste</b>	44%	28
<b>Sul</b>	16%	10
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>63</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor

Também foi abordada a relação da ocupação do respondente, observa-se no GRÁFICO 1 que a maioria, cerca de 64%, atuam a área fiscal ou do planejamento tributário. É o primeiro indicio de que as planilhas eletrônicas têm relevância para a rotina de trabalho dos pesquisados.

GRÁFICO 2 - Ocupação do Respondente



Fonte: Elaborado pelo Autor

Mesmo sendo de outras áreas, aproximadamente 32% dos entrevistados, consultaram o site para efetuar alguma pesquisa, o resultado passa a ser relevante, pois uma das preocupações de desenvolvimento é que as planilhas eletrônicas sejam

claras, não somente para especialistas no assunto, e sim, para todos os usuários interessados nos assuntos abordados. Outro fato interessante é que desempregados e não estudantes, não aparentam interesse em atualização ou mero conhecimento sobre assuntos da área tributária, pois nenhuma resposta da amostra foi concedida para a quarta opção da pesquisa “não trabalha / estuda”.

#### 4.2.2 Avaliação da Importância do Planejamento Tributário

O planejamento tributário é um método muito eficaz que pode resultar em real capitalização para as empresas, sem a preocupação com posteriores complicações com o fisco. A análise das rotinas e procedimentos operacionais, além de visualizar a empresa globalmente. No próximo quadro, foi questionado a importância do planejamento tributário para as empresas.

QUADRO 6 - Importância do Planejamento Tributário

<b>Opções de Respostas</b>	<b>Percentual</b>	<b>Numérico</b>
<b>Sim</b>	98,4%	62
<b>Não</b>	1,6%	1
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>63</b>

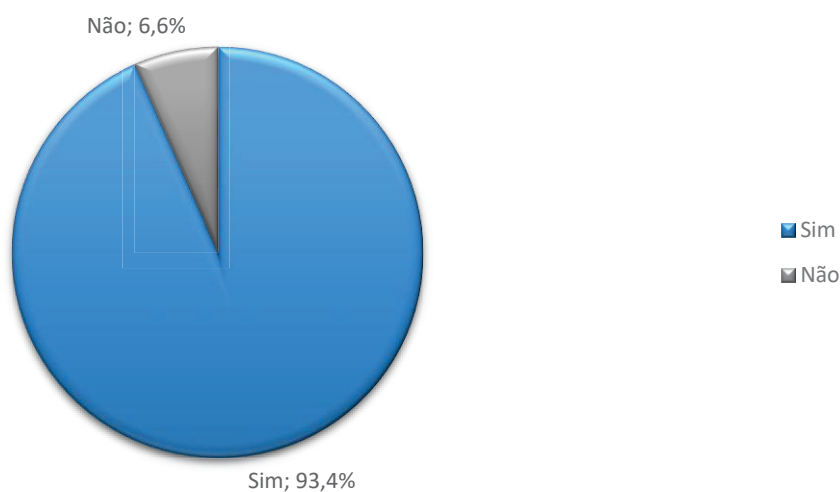
Fonte: Elaborado pelo Autor

Para confirmar os dados do GRÁFICO 2 e também dos autores mencionados na pesquisa bibliográfica, o QUADRO 6 demonstra a grande importância do planejamento tributário para as empresas, onde apresentou uma margem de 98,4% para opção “sim” contra 1,6% que responderam “não”. O dado apenas confirma que todos os responsáveis pela área de planejamento tributário devem atualizar-se constantemente, se preferir, com apoio das planilhas eletrônicas, além de efetuar um estudo minucioso dos tributos incidentes na operação de determinada empresa, sem esquecer de considerar a legislação tributária vigente.

Constatada a importância do planejamento tributário, foi pertinente questionar sobre a contribuição do próprio conteúdo proposto pelo *site* para o estudo ou trabalho do usuário.

GRÁFICO 3 - Contribuição do Site para Estudo ou Trabalho

**Alguma planilha eletrônica disponível no site [www.funcaocontabil.net](http://www.funcaocontabil.net) contribuiu para seu estudo/trabalho?**



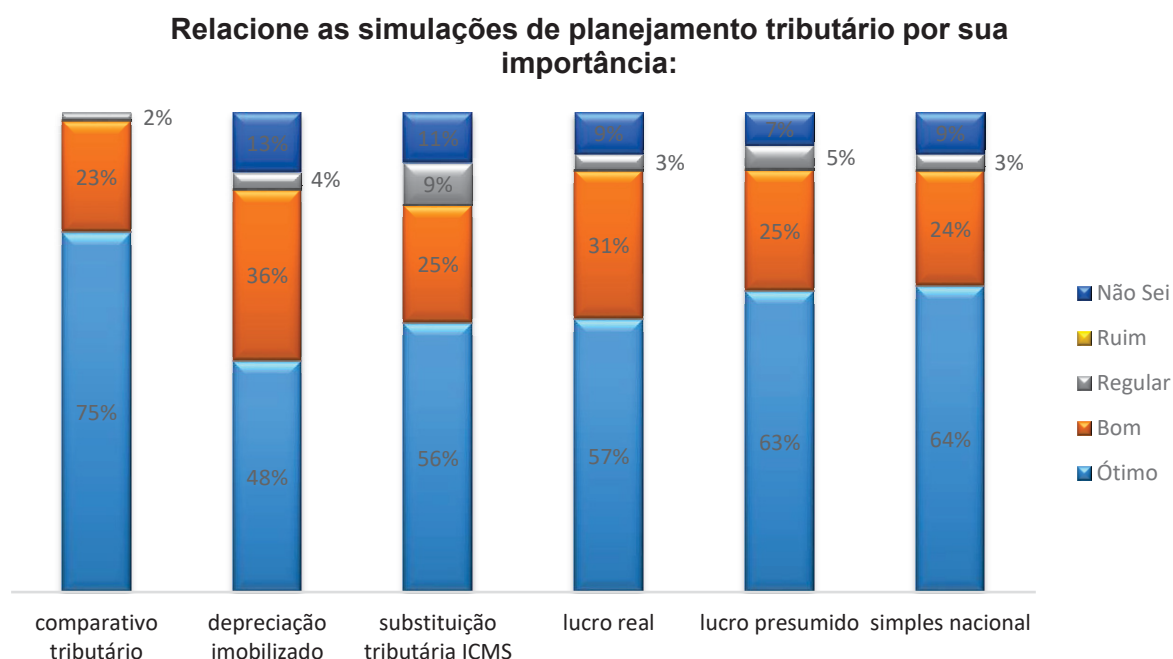
Fonte: Elaborado pelo Autor

O site [www.funcaocontabil.net](http://www.funcaocontabil.net) e suas planilhas eletrônicas mostram-se de grande aceitação para seu público alvo. Conforme o GRÁFICO 3, onde apresentou dados de 93,4% dos entrevistados informaram que o conteúdo da página web contribuíram para o cotidiano de trabalho ou estudo, por outro lado 6,6% dos usuários não conseguiram utilizar as informações para sua rotina. Constata-se que é de grande relevância manter e aprimorar o conteúdo disponibilizado, focando, primordialmente, que o planejamento tributário pode maximizar os lucros ou até mesmo recuperar empresas com dificuldades de caixa.

Em suma, sabe-se da quantidade enorme de tributos existentes no Brasil, fato já explanado pelo QUADRO 1 deste trabalho, portanto com as planilhas eletrônicas juntamente com a pesquisa de planejamento tributário tornam-se um significativo meio de acesso para informação da legislação vigente e simplificador de cálculos tributários, que para muitos ainda são extremamente complexos.

Outra abordagem especificou algumas planilhas eletrônicas e perguntou quais as simulações de planejamento tributário mais influentes, por importância.

GRÁFICO 4 - Relação da Simulação Tributária por sua Importância



Fonte: Elaborado pelo Autor

O GRÁFICO 4, detalhado por conteúdo disponibilizado, esses dados são o centro das atenções no âmbito de melhorias e aprimorações, ainda não questionando a implementações de novos conteúdos.

Para enfatizar cada uma das planilhas eletrônicas e sua devida função relacionada ao planejamento tributário, portanto, dar-se-á início com a explanação do comparativo tributário que, basicamente, é comparação entre os enquadramentos tributários existentes no Brasil, conforme definição do capítulo 2.1.2 deste trabalho, que tem como objetivo o comparar os regimes de tributação, afim de auxiliar na tomada de decisão durante a escolha de um regime tributário que seja mais vantajoso para a empresa.

Este estudo detalha os impostos que incidem sobre as atividades de industriais, comerciais e serviços. Pelo que pode-se perceber é o conteúdo que mais agrada o público alvo, pois 75% dos entrevistados classificaram como “ótimo”, para opção “bom” correspondem 23% da amostra e apenas 2% para “regular”. Avalia-se que os dados compostos na tabela são de importante relevância para definição do enquadramento, sendo assim, como já confirmado no anterior, os usuários realmente tomam decisões com base nos dados da planilha. Isso significa que a elisão considera hipóteses em que o contribuinte opta por configurar seus negócios de tal forma que se calhem com um menor ônus tributário, utilizando-se de elementos que a lei não

proíbe ou que possibilitem evitar o fato gerador de determinado tributo com elementos da própria lei.

Outra base de dados de significativa importância são as planilhas eletrônicas dos ativos fixos e depreciação, haja vista que muitas empresas não se importam com a avaliação de ativos imobilizados, ignorando de que o cálculo dos valores atualizados de depreciação, reposição, mercado e principalmente o controle físico de todos os bens patrimoniais que compõem a organização é imprescindível, não somente para ajustar seu balanço patrimonial e cumprir a legislação, mas, sobretudo, para que os gestores possam ter ideia clara da composição patrimonial da companhia, de forma a guiar as decisões estratégicas com maior assertividade, dentro das possibilidades reais da empresa.

O público que tem isso em mente está engajado por 48% dos entrevistados classificados como “ótimo”, para 36% dos respondentes gostaram do conteúdo e relacionaram como “bom”, porém 4% informou “regular” e outros 13% da amostra nunca utilizaram a planilha. Sabe-se da relevância dos ativos fixos e depreciação, vale ressaltar o simples questionamento: Se você não sabe quanto vale seu ativo e como poderá estabelecer planos de crescimento e investimento? O resultado, como a falta de controle, pode fazer com que a empresa tome decisões equivocadas e comprometa sua saúde financeira.

Destacado pelo QUADRO 2 deste trabalho, o imposto de responsabilidade estadual, onde está incluído o ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços), a planilha eletrônica de ICMS e substituição tributária, também tem importante aceitação do público alvo com 56% respostas como “ótimo”, 25% como “bom” e 9% “regular”. No que diz respeito ao ICMS, várias são as situações onde, por ocasião da saída, a incidência do imposto deixa de ocorrer, o que faz com que a empresa, por força do benefício fiscal concedido, fique com saldo credor acumulado de ICMS em sua escrita fiscal. São os exemplos clássicos as saídas de mercadorias e serviços ao abrigo do diferimento, redução de base de cálculo, redução de alíquota, isenção com não estorno, exportações, dentre outros.

De maneira isolada e com mais detalhes na metodologia de cálculo, são apresentadas as três últimas planilhas eletrônicas (lucro real, presumido e simples nacional), que obtiveram aceitação similar a análise anterior conforme podemos observar no gráfico. Esse resultado, com média das três de 88% entre “ótimo/bom”,



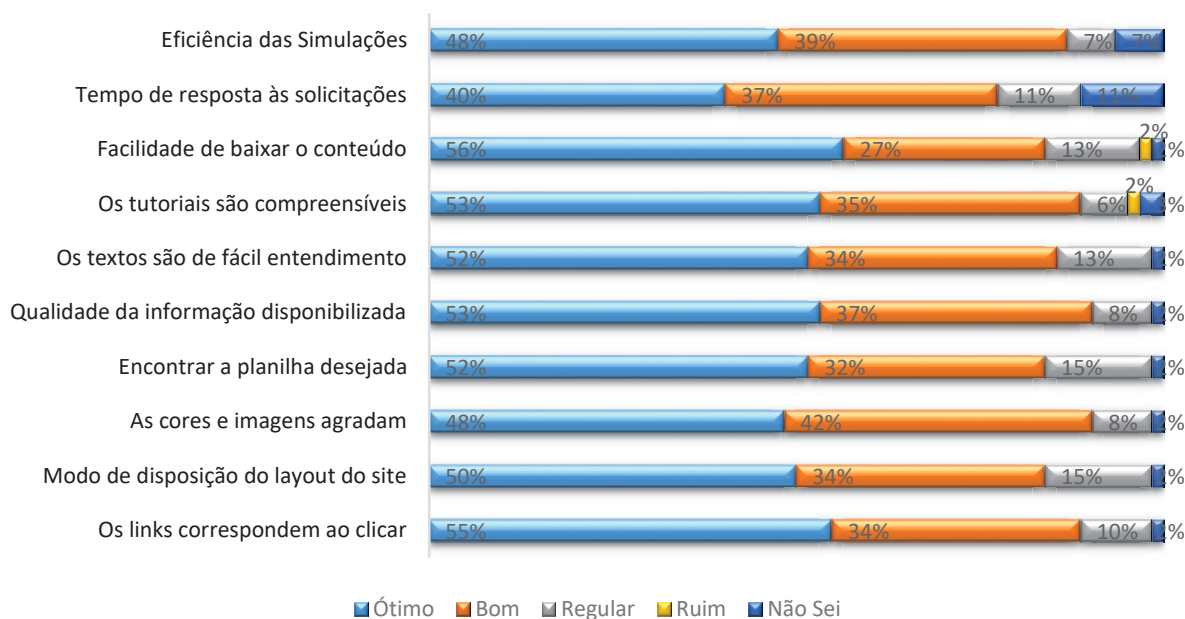
pode ser relacionado com a planilha de comparativo tributário que obteve 98% de aceitação entre “ótimo/bom”, pois faz todos os cálculos em uma única planilha e estas fazem separadamente. O que acaba não sendo tão relevante para análise tributária, mesmo obtendo desempenho amostral considerável para o respaldo do planejamento tributário.

#### 4.2.3 Identificação da Dificuldade de Navegação da Página Web

Importantes informações para apresentar falhas e alternativas de soluções foram avaliadas conforme o próximo gráfico que representa o grau de dificuldade de navegação encontrado pelos usuários do *site*.

GRÁFICO 5 - Dificuldade de Navegação da Página Web

**Avalie os aspectos de dificuldade de navegação na página, especificar o nível de satisfação:**



Fonte: Elaborado pelo Autor

Com relação ao grau de dificuldade de navegação, inicialmente foi questionado a eficiência das simulações de planejamento tributário, conforme o GRÁFICO 5 pode-se observar que foram satisfatórias as respostas sobre a eficiência das planilhas, onde 48% dos entrevistados marcaram a opção “ótimo”, com o complemento de 39% para “bom”, 7% para “regular” e mais 7% não souberam responder. O resultado é significativo para este estudo e manutenção da proposta de

trabalho, pois somando os respondentes “ótimos/bons” temos 87% que confirmaram que o estudo é realmente relevante. Vale relacionar este item com a qualidade das informações disponibilizadas, que obtiveram 90 por cento das respostas para “ótimo/bom”, apenas 8% para regular e 2% preferiram não opinar.

Os itens acima estão relacionados aos conteúdos das planilhas, como já explanado nos gráficos anteriores, porém os seguintes questionamentos estão ligados a aparência e resposta do *website* para navegação. Aqui vale destacar que a página *web* não é a principal atividade do autor e que também não é especialista em desenvolvimento de *sites*. Porém, mesmo com esses empecilhos consegue-se atender em tempo hábil as solicitações para 40% da amostra considerada “ótimo”, “bom” para 37%, contra 11% dos entrevistados que consideraram o tempo de resposta como “regular” e outros 11% acredita-se que nunca solicitaram informações.

O conteúdo é de facilmente baixado e gratuito para versões com bloqueio, com isso, este questionamento foi o que obteve o maior percentual para a opção “ótimo” para 56%, conseqüentemente, para 27% “bom” e 13% afirmaram que para baixar o conteúdo foi razoável, observa-se o primeiro indicativo como “ruim” para 2% dos entrevistados e finalizando com 2% que não souberam responder.

A facilidade de compreensão dos textos, que esclarecem o básico sobre a legislação vigente, estão relacionados aos tutoriais de utilização das planilhas eletrônicas, esses dois itens foram classificados com a média de 87% para “ótimo/bom”, mantendo a média de 11 pontos percentuais para “regular/ruim” e outros 2% não opinaram. Os pontos valem atenção para futura melhoria e desenvolvimento, pois podem acarretar na utilização errônea do conteúdo disposto.

Para agregar informações que complementam este questionamento foi relacionado as quatro últimas perguntas a média simples das respostas obtidas, destacando indicadores em disparidades dos demais. Foram abordados os seguintes questionamentos com relação a visual, layout e cores: Os *links* correspondem ao clicar, modo de disposição do *layout* do *site*, as cores e imagens agradam, encontrar a planilha desejada. Para melhor entendimento, segue como exemplo do modelo de *layout* do *site*, que está disposto pelo ANEXOS 3 e 4 deste trabalho. Com o visual simples e limpo os resultados apresentam similaridade, com média de 51% da amostra para a opção “ótimo”, a situação positiva é complementada pela média de 35% para “bom”, isso mostra que visualmente o *website* agrada a maioria dos entrevistados, os resultados negativos apresentam percentual de 12 para “regular”,

nenhuma correspondência para “ruim” e outros 2 por cento não souberam opinar. Os pontos negativos que valem destaque são os números percentuais sobre o layout e dificuldade para encontrar a planilha, com apenas esses dois a média foi de 15%, o resultado abre um alerta para disposição do conteúdo que pode ser distribuído de forma mais simplificada, o que acaba facilitando o acesso dos usuários.

#### 4.2.4 Análise da Importância das Planilhas Eletrônicas

Por fim, o último gráfico a ser analisado, ele avalia a importância das planilhas eletrônicas de planejamento tributário:

GRÁFICO 6 - Importância das Planilhas de Planejamento Tributário

**Avalie a importância das planilhas de planejamento tributário, conforme o nível de satisfação:**



Fonte: Elaborado pelo Autor

De nada vale os cálculos e simulações se não aplicados na prática, para os respondentes isso está sendo considerado conforme o GRÁFICO 6, para 51% dos entrevistados como “ótimo”, 39% definiram como “bom”, para 2% “regular” e ainda 8% não definiram uma resposta. Sabe-se da crescente e complicada carga tributária existente no Brasil, como já ressaltada na pesquisa bibliográfica desde trabalho, então busca-se artifícios que facilitem o cumprimento de prazos e a utilização correta das

análises perante a legislação. Ainda sobre o resultado dos cálculos de contribuição prática, que está bem avaliado para 79% dos respondentes, em contrapartida, 11 por cento dos entrevistados informaram que as simulações não foram relevantes e outros 10% preferiram não opinar.

O principal ponto negativo do estudo foi identificado no item sobre desbloqueio do conteúdo, que por regra interna, o procedimento acontece somente com a colaboração de doação para manutenção dos custos com o *site*. Foi questionado se o bloqueio impede o preenchimento e resultado da simulação, portanto, para 32% da amostra que marcou “ótimo” e mais 31% selecionou “bom”, porém 16%, mais 10% afirmaram “regular” e “ruim” respectivamente e outros 11% não souberam responder.

Estes respondentes encontraram dificuldades ou não conseguiram preencher as informações de forma gratuita para simular cálculos em relação ao planejamento tributário. Vale ressaltar que toda planilha eletrônica passa por testes práticos de forma que o conteúdo disponível faça todas as simulações sem o desbloqueio, porém será avaliado num futuro estudo quais planilhas estão causando desconforto no preenchimento dos usuários com relação ao desbloqueio das simulações de cálculos. Entretanto após o desbloqueio números maiores de usuários conseguem utilizar de forma adequada que relacionaram como “ótimo/bom” para 80% dos entrevistados, para 9% responderam “regular/ruim” e complementam 11% que não opinaram.

Outros questionamentos como a qualidade da informação disponibilizada, disposição dos cálculos, facilidade no preenchimento das simulações tributárias e acessibilidade à informação tributária não apresentaram disparidades com relação aos índices médios já apresentados neste trabalho. Porém, o principal indicativo e foco deste estudo está compreendido sobre a associação do conteúdo as planilhas eletrônicas com planejamento tributário, que obteve resultado satisfatórios sobre este questionamento para 93% dos respondentes que classificaram como “ótimo/bom” e apenas 7% não souberam responder. Isto salienta que o *website* Função Contábil, mesmo sem grandes pretensões, está evoluindo e adequando-se a novas tendências de pesquisas via internet sobre planejamento tributário.

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa teve por objetivo analisar a contribuição de uma página *web* para o profissional responsável pela execução do planejamento tributário, este projeto de denominação Função Contábil, foi destinado para demonstrar a importância de uma ferramenta adequada para auxiliar profissionais da área tributária e empresas no planejamento tributário, mas também discorre entre outros assuntos contábeis e financeiros. Isto posto, a pesquisa realizada a partir do levantamento em uma amostra de 63 usuários. Os resultados da pesquisa permitem a observação quanto à utilização do planejamento tributário pelos usuários da página *web* Função Contábil, tanto na definição dos regimes de tributação utilizados, quanto na análise de possibilidade de redução de ônus tributários. Ainda, quanto à importância da utilização das planilhas sobre planejamento tributário constatou-se que a maioria dos gestores reconhece sua utilização como instrumento de apoio ao processo decisório.

Ao considerar os dados dos últimos três anos, onde aproximadamente 95,4 milhões de brasileiros com acesso à internet, portanto com a crescente demanda utilizam-se de novos meios comunicação também interagem com os atuais meios de pesquisas via *web*. Alinhado a dados bastante significativo nas organizações, onde denota-se que as planilhas eletrônicas se mantenham como um dos importantes artifícios para o controle de dados, cálculos e elaboração de relatórios

Ressaltando este aspecto faz-se uma relação com os principais resultados que nos permitem observar que a formação da amostra da pesquisa pode influenciar nos resultados obtidos. Portanto limitando o público para os dados amostrais observou-se quanto ao público alvo do *site*, em sua grande parte, está localizado na região sudeste do Brasil, porém as informações constantes na página *web* englobam todas as regiões brasileiras, na qual, por sua vez, revelam que 98,4% dos entrevistados acreditam que é extremamente importante o planejamento tributário para as empresas, aliás, focando ainda mais no site em questão, observa-se que 93,4% afirmam que já utilizaram as planilhas de simulação sobre planejamento tributário e outros 63,5% dos entrevistados atualmente estão empregados e atuam na área fiscal ou são responsáveis pelo planejamento tributário, representando determinada característica de engajamento e utilização profissional do conteúdo proposto pelo *site*.

Com o estudo foi possível diagnosticar as dificuldades encontradas pelos usuários do site, tais como, o tempo de espera para respostas de novas solicitações ou dúvidas sobre o conteúdo proposto, e principalmente sobre dois aspectos importantes com relação ao modo de disposição do *layout* e impedimento com bloqueio de material, o último com rejeição de 16% dos entrevistados.

Para novas pesquisas, recomenda-se a investigação para avaliar quais planilhas estão causando desconforto no preenchimento dos usuários com relação ao desbloqueio das simulações de cálculos e analisar em detalhes quais novos conteúdos devem fazer parte para implementações e desenvolvimentos.

De modo geral, os resultados da pesquisa salientam a importância do planejamento tributário na percepção dos gestores das empresas da amostra, bem como demonstra a importância da utilização do planejamento tributário como suporte para o processo decisório e de gestão das empresas, especialmente como um instrumento de apoio na redução de ônus fiscais, na minimização dos custos tributários e, por consequência, a maximização dos lucros para a empresa.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Alberto. **Fato Gerador - Hipótese De Incidência** Disponível em: < <https://www.editoraferreira.com.br> > Acesso em: 23 de abril 2017.
- BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. São Paulo: Saraiva, 2004.
- BERNARDES, Ricardo Martins. **Um estudo sobre a demanda de informações em sites Web**, 2001. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2738> >. Acesso em: 23 de abril 2017.
- BRASIL, **Receita Federal do Brasil**. Disponível em: < <https://www.receita.fazenda.gov.br> > Acesso em 30 de abril de 2017.
- BRASIL, **Lei nº 5.172**, de 25 de outubro de 1966. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em 23 de abril de 2017.
- BRASIL, **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em 23 de abril de 2017.
- BRASIL, **Lei Complementar nº 116**, de 31 de julho de 2003. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em 23 de abril de 2017.
- BRASIL, **Decreto 7.212**, de 15 de junho de 2010. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em 23 de abril de 2017.
- BRASIL, **Lei nº 4729**, de 14 de junho de 1965. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/> > Acesso em 23 de abril de 2017.
- BONATTO, Selmo José. **Gestão Da Tecnologia Da Informação**. Disponível em: < [www.unioeste.br/cursos/cascavel/mba/tiselmo.doc](http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/mba/tiselmo.doc) > Acesso em 20 de junho de 2017.
- CAMPOS FILHO, M. P. **Os sistemas de informações e as modernas tendências da tecnologia e dos negócios**. *Revista de Administração de Empresas*, v. 34, n. 6, p. 33-45, nov./dez. 1994.
- CHAVES, Jair A. **A Importância dos Controles Internos e Evidenciação das Informações Contábeis Frente à Tomada de Decisão**. Contabilidade Gerencial. Ed. Clube dos Autores, 2008.
- CHAVES, Francisco Coutinho. **Contabilidade Tributária na Prática**. 2. Rio de Janeiro, Atlas, 2015.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Planejamento Tributário**. São Paulo: Saraiva, 2012.



CONCEITO.DE, **Conceito de Página Web**. Disponível em < <http://conceito.de/pagina-web> > Acesso em: 23 de abril de 2017.

DREHER, f. **Corrida pro Sped. information Week Brasil**, ano 10, n. 212, p. 18-25, fev. 2009.

ESTADÃO, **Brasil tem maior carga tributária da América Latina** Disponível em < <http://economia.estadao.com.br/> > Acesso em: 23 de abril de 2017.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade tributária**. 15. São Paulo Atlas 2015.

FUNÇÃO CONTÁBIL, Planilhas de Contabilidade – **Planilhas Tributárias**, Curitiba, Disponível em: < <http://www.funcaocontabil.net> > Acesso em: 23 de abril de 2017.

GUIMARÃES et al. Banco do Brasil: **Noções de Informática**. Brasília: VEST-COM editora Ltda, 1999, p. 24.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOOGLE ANALYTICS, **Análise da Web de Classe Empresarial** Disponível em: < <https://www.google.com/analytics> > Acesso em: 08 de junho de 2017.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário**. 19. Ed. São Paulo: Atlas. 2010.

IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário. Disponível em < <http://www.ibpt.com.br> > Acesso em 23 de abril de 2017.

LAUDON, Kenneth C. & LAUDON, Jane Price. **Sistemas de Informação Gerenciais: administrando a organização digital**. 5ª Ed. São Paulo: Pearnon Prentice Hall, 2004.

MATIAS PEREIRA, José. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 3.ed. - São Paulo: Atlas, 2012.

MACIEL, Everardo. VERDI, Márcio Ferreira. RODRIGUES, Jefferson. WASILEWSKI, Luis Fernando. **Sistema e Administração Tributária - Uma Visão Geral**. Brasília, 2002.

MEC, Portal do Professor, **Planilha Eletrônica e Gráficos**. Disponível em: < <http://portaldoprofessor.mec.gov.br> > Acesso em 21 de junho de 2017.

O'BRIAN. James. **Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na Era da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2001.

OLIVEIRA, Luis Martins de. **Manual de Contabilidade Tributaria: Textos e testes com as respostas/...[et al.]**.-11.ed. Sao Paulo: Atlas, 2012. outros autores: Renata Chieregato, José Hernandes Peres Junior, Marliete Bezerra Gomes.

OLIVEIRA, Leonardo Ramos de. **Curso Básico de Planilhas Eletrônicas**. Disponível em: < <http://www.unicamp.br/~leonardo/excel.pdf> > Acesso em 21 de junho de 2017.



PEIXOTO, Marcelo Magalhães (Org.); ANDRADE, José Maria Arruda de (Org.). **Planejamento Tributário**. São Paulo: MP Ed., 2007.

Regulamentos - **Receita Federal do Brasil**. Disponível em: < <https://www.receita.fazenda.gov.br> > Acesso em 30 de abril de 2017.

SERPRO - **Serviço Federal de Processamento de Dados**. Disponível em < <https://www.serpro.gov.br> > Acesso em 30 de abril de 2017.

SILVA, Flavio Soares Correa da. **Introdução à Manipulação de Planilhas Eletrônicas**. Disponível em: < <https://www.linux.ime.usp.br> > Acesso em 30 de abril de 2017.

SOUZA, Luiz Carlos de. Curso de Especialização Contabilidade e Finanças – **Planejamento Tributário**. Curitiba, 2016.

SURVEY MONKEY, **nuvem de desenvolvimento de pesquisas online**. Disponível em < <https://pt.surveymonkey.com> > Acesso em 05 de abril de 2017.

TCU, **O TCU e a tecnologia da informação**. Disponível em: > <http://portal.tcu.gov.br/> > Acesso em 20 de junho de 2017.

ZANETI JUNIOR, Luiz Antonio. **Sistemas de Informação Baseados na Tecnologia Web**. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br> > Acesso em 20 de junho de 2017.

## APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO ABERTO

<b>quais sugestões você daria para tornar o site mais atrativo e de fácil navegação?</b>	<b>qual a contribuição do site para tomada de decisão sobre o planejamento tributário da sua empresa?</b>
mais planilhas	as planilhas
está bem funcional	dispõe de informações importantes
nenhuma	bom
nenhuma, ele é de fácil acesso.	rapidez e praticidade que resultam em mais tempo para o atendimento ao cliente.
sem sugestão no momento, perfeito o site e com certeza vou contribuir.	imensurável, contribui muito
mais conteúdos	muitas como principalmente nas empresa lucro real
colocar e alocar o custo de mercadorias vendidas no grupo de despesas para calculo	foi de suma importância, principalmente para as empresas em que presto serviços, pois são em sua maioria micro empresa e empresas de pequeno porte
está ótimo assim.	fundamental.
informações mais atuais.	recuperação dos créditos perdidos
	muito boa, e importante ter este tipo de informação disponível
utilizar cores de atenção	significativa
	muito grande
aprofundamento no tema tributário por estado	em algumas matéria satisfatório
ter mais praticidade quando baixar uma planilha, também a questão do bloqueio dificulta muito	
site bom.	seguro, planilha facilitou bastante
lincar os períodos	relevante
divulgar mais	ótimo para tomar decisões
	auxílio nos demonstrativos de cálculos tributários
não é minha praia	razoável
nenhuma	excelente
nenhum sugestão, está de fácil utilização	existem muitos setores fiscais não sabem o que faz é uma forma de orientação sem cometer erros
maior divulgação. o site é ótimo!	organização tributária.
talvez um valor menor para se cobrado por cada planilha.	organização
não conheço o bastante do site	estou tentando conhecer as planilhas
planilha atende	comparabilidade entre os diversos tipos de tributação
mais opções ainda, pois o mundo fiscal é intenso	80%
nenhum	bom
	poderia haver outras formas de pagamento
por enquanto estou satisfeita.	praticidade e segurança
não tenho uma opinião formada	até agora nenhuma.
nenhuma	boa
já e atrativo	90%
	análise do resultado feito através da planilha comparativo. assim, decidimos enquadrar uma empresa no regime simples nacional
um pouco mais de cores para tornar o site mais atrativo.	
não tenho sugestões. foi muito prático e ágil, tanto quanto ao usar on line quanto depois dá aquisição das planilhas satisfação garantida.	foi de grande valia. tive segurança para demonstrar e confirmar as minhas informações ao meu superior hierárquico.
nenhuma no momento	99,9% trabalhamos em cima de números
sugiro que continue elaborando novas planilhas, de preferencia a continuação das demonstrações contábeis. elaborar gráficos em cada demonstrativo, dre, dmpl, dva, bp e outros que são exigíveis paras s/a.	as planilhas estão bem elaboradas, o empresário ou contador facilmente poderá analisar suas demonstrações contábeis.
está ótimo	80%
agradável	ofereci o serviço para meus clientes e parceiros.

Fonte: Elaborado pelo Autor

## ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte de pesquisa da Universidade Federal do Paraná, em relação a página web [Função Contábil](http://www.funcaocontabil.net). As respostas são de natureza confidencial, anônima e levará apenas 10 minutos para finalizar. Não há respostas certas ou erradas relativamente a qualquer dos itens, pretendendo-se apenas a sua opinião pessoal e sincera.

**PARTE 1 - Caracterização do respondente:**

**1) Qual seu Sexo / Gênero?**

☐ Masculino; ☐ Feminino; ☐ Outro (especifique)

**2) Qual sua faixa etária?**

☐ até 20 anos; ☐ 21 a 30; ☐ 31 a 40; ☐ 41 a 50; ☐ 51 a 60; ☐ mais de 61 anos

**3) Qual sua localização / estado?**

☐ Acre – AC ☐ Alagoas – AL ☐ Amapá – AP ☐ Amazonas – AM ☐ Bahia – BA ☐ Ceará – CE ☐ Distrito Federal – DF ☐ Espírito Santo – ES ☐ Goiás – GO ☐ Maranhão – MA ☐ Mato Grosso – MT ☐ Mato Grosso do Sul – MS ☐ Minas Gerais – MG ☐ Pará – PA ☐ Paraíba – PB ☐ Paraná – PR ☐ Pernambuco – PE ☐ Piauí – PI ☐ Rio de Janeiro – RJ ☐ Rio Grande do Norte – RN ☐ Rio Grande do Sul – RS ☐ Rondônia – RO ☐ Roraima – RR ☐ Santa Catarina – SC ☐ São Paulo – SP ☐ Sergipe – SE ☐ Tocantins – TO

**4) Qual sua ocupação?**

☐ Trabalho na área fiscal/planejamento tributário; ☐ Trabalho em outras áreas; ☐ Estudante; ☐ Não Trabalho/Estudo

**PARTE 2 - Identificação do Público Alvo:**

**5) O planejamento tributário é importante para as empresas?**

☐ Sim; ☐ Não

**6) Alguma planilha eletrônica disponível no site [www.funcaocontabil.net](http://www.funcaocontabil.net) contribuiu para seu estudo/trabalho?**

☐ Sim; ☐ Não

**7) Relacione as simulações de planejamento tributário por sua importância:**

Nº	Indicador	Grau de Satisfação				
		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não sei
1.	Comparativo tributário					
2.	Depreciação imobilizado					
3.	Lucro real					
4.	Lucro presumido					
5.	Simples nacional					
6.	Substituição tributária Icms					

**PARTE 3 - Grau de dificuldade**

**8) Avalie os aspectos de dificuldade de navegação na página, especificar o nível de satisfação em:**

Nº	Indicador	Grau de Satisfação				
		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não sei
1.	Os links correspondem ao clicar					
2.	Modo de disposição do layout do site					
3.	As cores e imagens agradam					
4.	Encontrar a planilha desejada					
5.	Qualidade da informação disponibilizada					
6.	Os textos são de fácil entendimento					
7.	Os tutoriais são compreensíveis					
8.	Facilidade de baixar o conteúdo					
9.	Tempo de resposta às solicitações					
10.	Eficiência das Simulações					

**PARTE 4 - Grau de importância**

**9) Avalie a importância das planilhas de planejamento tributário, conforme o nível de satisfação em:**

Nº	Indicador	Grau de Satisfação				
		Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Não sei
1.	Associa o conteúdo as planilhas com planejamento tributário					
2.	Acessibilidade à informação tributária					
3.	Facilidade no preenchimento das simulações tributárias					
4.	Disposição dos cálculos					
5.	O bloqueio impede o preenchimento e resultado da simulação					
6.	Qualidade da informação disponibilizada					
7.	Resultados das simulações foram satisfatórios					
8.	O resultado contribuiu para tomada de decisão					
9.	Após o desbloqueio os conteúdos foram enviados corretamente					
10.	Usou os resultados na prática cotidiana					

**PARTE 5 - Questões abertas**

**10) Quais sugestões você daria para tornar o site mais atrativo e de fácil navegação?**

**11) Qual a contribuição do site para tomada de decisão sobre o planejamento tributário da sua empresa?**

Fonte: Elaborado pelo Autor

## ANEXO 2 - PÚBLICO ALVO POR ESTADO

Qual sua localização / estado?

Opções	Região	Percentual	Número
Acre – AC	Norte	0,0%	0
Alagoas – AL	Nordeste	0,0%	0
Amapá – AP	Norte	0,0%	0
Amazonas – AM	Norte	1,6%	1
Bahia - BA	Nordeste	7,9%	5
Ceará – CE	Nordeste	1,6%	1
Distrito Federal - DF	Centro-Oeste	4,8%	3
Espírito Santo – ES	Sudeste	0,0%	0
Goiás – GO	Centro-Oeste	3,2%	2
Maranhão – MA	Nordeste	1,6%	1
Mato Grosso – MT	Centro-Oeste	1,6%	1
Mato Grosso do Sul – MS	Centro-Oeste	3,2%	2
Minas Gerais – MG	Sudeste	7,9%	5
Pará – PA	Norte	1,6%	1
Paraíba – PB	Nordeste	0,0%	0
Paraná – PR	Sul	6,3%	4
Pernambuco – PE	Nordeste	4,8%	3
Piauí – PI	Nordeste	1,6%	1
Rio de Janeiro – RJ	Sudeste	9,5%	6
Rio Grande do Norte – RN	Nordeste	0,0%	0
Rio Grande do Sul – RS	Sul	3,2%	2
Rondônia – RO	Norte	4,8%	3
Roraima – RR	Norte	0,0%	0
Santa Catarina – SC	Sul	6,3%	4
São Paulo – SP	Sudeste	27,0%	17
Sergipe – SE	Nordeste	1,6%	1
Tocantins - TO	Norte	0,0%	0
<b>TOTAL</b>		<b>100%</b>	<b>63</b>

Fonte: Elaborado pelo Autor

## ANEXO 3 - PÁGINA INICIAL DO WEBSITE



Fonte: Elaborado pelo Autor

## ANEXO 4 - LAYOUT PARA DOWNLOAD



Fonte: Elaborado pelo Autor